**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**

**RESOLUÇÃO Nº XX, DE DIA DE MÊS DE ANO**

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 11, inciso III, da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, de acordo com o disposto no inciso XI do Art. 8° da Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria n.º XX, de DIA de MÊS de ANO,

Considerando que compete à ANP organizar e manter o acervo de informações e dados técnicos relativos às atividades da indústria do petróleo;

Considerando que a aquisição de dados é atividade indispensável ao desenvolvimento da indústria do petróleo e, portanto, é de interesse da ANP que seja adquirida quantidade crescente e atualizada de dados sobre as bacias sedimentares brasileiras;

Considerando que amostras de rochas, sedimentos e fluidos constituem uma importante fonte de dados para a pesquisa de petróleo e gás;

Considerando a necessidade de estabelecer regulamentos adequados e uniformes para realização de amostragens;

Considerando a necessidade de regulamentar o procedimento para um acesso eficaz e organizado às amostras que compõem o Acervo da União;

Considerando a relevância da conservação das amostras obtidas não só em poços como também em levantamentos de superfície terrestre e de fundo oceânico, nas bacias sedimentares brasileiras;

Resolve:

**Seção I**

**Das Disposições Iniciais**

**Art. 1º** Esta Resolução tem por objeto:

1. Estabelecer os procedimentos para a coleta e manejo de amostras de rocha, sedimento e fluidos obtidos em poços e levantamentos de superfície terrestre e de fundo oceânico, nas bacias sedimentares brasileiras, por operadores de concessões exploratórias, de desenvolvimento e produção petróleo e gás, assim como, operadores de contratos de partilha, cessão onerosa e empresas de aquisição de dados;
2. Estabelecer o procedimento para acesso às amostras da União.

**Art. 2º** Para os fins desta Resolução são válidas as definições contidas na Lei nº 9.478/1997, nos contratos de concessão, nos contratos de partilha e cessão onerosa e também as seguintes, por ordem alfabética:

1. **AMOSTRA:** Porção de rocha, sedimento ou fluido, extraído de poço, da superfície do fundo oceânico ou da superfície terrestre;
2. **AMOSTRAS DE CALHA:** Amostra obtida pelo trabalho da broca durante a perfuração do poço. Esse tipo de amostra vem à superfície pela circulação da lama de perfuração;
3. **AMOSTRAS LATERAIS:** Amostras obtidas na parede do poço, de formato aproximadamente cilíndrico, cuja obtenção visa preservar a estrutura da rocha e ter segurança quanto à profundidade da extração;
4. **AMOSTRAS PÚBLICAS**: Amostras obtidas em poços ou levantamentos, pertencentes ao acervo da União e fora do período legal de confidencialidade;
5. **ANP**: Sigla que corresponde a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;
6. **BRAM:** Sigla que corresponde a Boletim de Remessa de Amostra;
7. **CATÁLOGO DE E&P**: Conjunto de formulários e instruções que constam no endereço eletrônico (*site*) da ANP;
8. **CATEGORIA**: parte inicial do nome do poço que o define segundo sua finalidade;
9. **DAA**: Sigla que corresponde à Declaração Anual de Acervo;
10. **DATA DE CONCLUSÃO DA REENTRADA**: data em que a sonda de intervenção é desmobilizada;
11. **DATA DE CONCLUSÃO DO POÇO**: data em que a sonda de perfuração é desmobilizada ou em que ocorreu o final do abandono ou da equipagem do Poço, a que primeiro ocorrer;
12. **DEPLEÇÃO**: Redução da quantidade de amostra armazenada em acervo;
13. **DEPOSITÁRIA**: instituição que tem a guarda temporária ou definitiva de amostras ou materiais delas resultantes;
14. **EAA:** Empresa de Armazenamento de Amostras de interesse geológico;
15. **EAD**: Empresa de Aquisição de Dados **–** Empresa especializada em aquisição, processamento, interpretação e venda de dados, que se refiram exclusivamente à atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural;
16. **EMAIL**: Forma de correspondência eletrônica válida para dar celeridade aos procedimentos de acesso a amostras;
17. **INCIDENTE**: Qualquer ocorrência intencional ou acidental que resulte na perda de identificação ou descaracterize a amostra;
18. **LÂMINAS BIOESTRATIGRÁFICAS:** Lâminas preparadas com técnicas especiais para a preservação, concentração e recuperação do conteúdo fossilífero de uma rocha. A análise de tais lâminas visa essencialmente à datação relativa e a determinação do paleoambiente de sedimentação;
19. **LÂMINAS DELGADAS:** Lâminas preparadas com fragmentos de rocha polidos até alcançar fina espessura e que visam à observação ao microscópio petrográfico de luz transmitida (provido de adaptações para análise microscópica de rochas). Visam à determinação do conteúdo mineralógico da rocha e suas microestruturas;
20. **LEVANTAMENTOS DE SUPERFÍCIE**: Levantamentos geológicos, para efeito desta norma, geralmente geoquímicos, terrestres ou de fundo oceânico, em que se coleta amostras de rochas ou sedimentos com o propósito de pesquisa de hidrocarbonetos;
21. **MATERIAIS RESULTANTES DE AMOSTRAGENS**: Fotos, lâminas e perfilagens de testemunhos, entre outros resultantes de amostras;
22. **OPERADOR:** Principal concessionário de blocos exploratórios, campos em desenvolvimento ou produção, contratos de partilha ou cessão onerosa;
23. **PERÍODO DE CONFIDENCIALIDADE**: Período de tempo regulamentado pela ANP no qual os dados e informações, definidos como confidenciais, só poderão ser acessados por seus legítimos adquirentes e por aqueles devidamente autorizados a ter acesso;
24. **PLUGUE**: Frações, de formato geralmente cilíndrico, obtidas a partir de testemunhos e utilizadas normalmente em ensaios petrofísicos para a determinação da porosidade e permeabilidade de uma rocha reservatório, por exemplo;
25. **POÇO**: todo poço perfurado em bacia sedimentar brasileira com o propósito de exploração ou produção de hidrocarbonetos;
26. **POÇO DE DESENVOLVIMENTO**: Poço cuja categoria é igual a 7 ou 8, ou ainda 9, desde que perfurado em área de desenvolvimento ou produção;
27. **POÇO EXPLORATÓRIO**: Poço cuja categoria varia entre 1 e 6 inclusive, ou é igual a 9, desde que perfurado em área de exploração;
28. **SAA:** Sigla que corresponde à Solicitação de Acesso a Amostra. Nova denominação para solicitações de acesso às amostras da União, em substituição à sigla “TD”;
29. **SDT:** Sigla que corresponde à Superintendência de Dados Técnicos;
30. **SEÇÕES POLIDAS**: Fragmentos de rocha com face polida para observação à lupa ou microscópio petrográfico de luz refletida, visando à determinação de minerais opacos;
31. **SOLICITANTE:** instituição interessada em analisar, obter amostra ou material resultante de amostragens, ou ainda, qualquer instituição interessada na entrega, envio ao exterior, manejo fora do padrão, análise destrutiva, descarte, transferência ou doação de amostras;
32. **TD**: Sigla com origem no termo “Transferência de Dados”, usual e informalmente adotado para denominar as solicitações de acesso às amostras da União. A partir da publicação da presente norma no Diário Oficial da União o termo “TD” será definitivamente substituído por SAA (Solicitação de Acesso a Amostra) conforme descrito no item XXVIII desse artigo;
33. **TESTEMUNHOS DE SONDAGEM:** Amostra obtida em poço, geralmente de formato cilíndrico, cuja obtenção visa amostrar estratos específicos de rocha, preservando suas características estruturais, e com precisão na profundidade de extração.

**Art. 3º** Constituem parte do acervo técnico da União, com relação às bacias sedimentares brasileiras, os seguintes tipos amostras obtidas em atividades de exploração, desenvolvimento ou produção de petróleo e gás:

1. Testemunhos de sondagem;
2. Plugues extraídos de testemunhos;
3. Amostras de calha;
4. Amostras laterais;
5. Amostras de fluidos e;
6. Rochas ou sedimentos obtidos em levantamentos terrestres ou de fundo oceânico.

**Parágrafo único.** Igualmente fazem parte do mencionado acervo, os seguintes materiais resultantes de amostragens:

1. Fotos de conjunto e de detalhe;
2. Lâminas delgadas, bioestratigráficas e seções polidas;
3. Perfilagens de testemunhos e;
4. Qualquer resultado gerado a partir das amostras públicas citadas nos itens desse artigo.

**Art. 4º** As amostras (tipos I a VI) e o material tipo II listados no Art. 3º não poderão ser retirados do país sem a prévia autorização por parte da ANP. Da mesma forma, nenhuma amostra poderá ser submetida a análises destrutivas sem prévio assentimento por parte da ANP. Tais autorizações só serão avaliadas mediante a apresentação das justificativas técnicas pertinentes.

**Art. 5º** O operador que tenha obtido, ou vier a obter acervos listados no Art. 3º será o responsável pela guarda e manutenção desses itens, constituindo-se em fiel depositário e dispondo deles de acordo com a regulamentação vigente, até a efetiva transferência para a ANP.

**§ 1°** As instituições que, por qualquer motivo, remeteram ao exterior os itens do Art. 3º, deverão encaminhar à ANP-SDT em um prazo de até 3 (três) meses a contar da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União: a) um inventário completo dos itens remetidos ao exterior; b) justificativas no caso do eventual envio sem a prévia autorização por parte da ANP; c) cronograma para a repatriação de lâminas, seções polidas e amostras (itens I a VI do Art. 3º caput, e item II do Parágrafo Único), desde que as amostras não tenham sido submetidas a ensaios destrutivos e d) relatórios de todas as análises realizadas no exterior.

**§ 2**° O prazo para a repatriação de qualquer amostra ou material mencionado nos parágrafos anteriores é de 1 (um) ano a contar da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União, renovável por apenas mais (1) ano no caso de eventual impossibilidade técnica ou logística.

**§ 3**° A não observação dos prazos indicados nos parágrafos anteriores sujeitam os infratores às penalidades previstas no Art. 70 do presente normativo.

**§ 4**° A ANP decidirá, nos termos do Art. 60, solicitações para alterações na responsabilidade legal pelos itens listados no Art. 3º.

**Art. 6º** Nos casos de esgotamento de amostras, ou para aquelas que atingiram a quantidade mínima de preservação, passam a ficar à disposição dos interessados todas as informações obtidas nos intervalos cujas amostras públicas foram consumidas.

**Art. 7º** A quantidade mínima de preservação para amostras de calha é 100 g (cem gramas) e de fluido (100 ml). A quantidade mínima de preservação só poderá ser utilizada mediante Parecer Técnico de um(a) Especialista do quadro efetivo da ANP, com formação em Geologia.

**Art. 8º** Com relação a poços, as amostras devem ser identificadas com o Nome do poço (ANP e Operador) e a profundidade de amostragem, em conformidade com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.

**§ 1°** O Nome do poço deve estar em estrita concordância com os Procedimentos a serem Adotados para a Codificação de Poços em vigor quando do início da perfuração.

**§ 2°** Todas as amostras extraídas dos poços devem ser informadas à ANP no Relatório Final de Poço.

**Art. 9°** Os resultados de análises e ensaios realizados nas amostras listadas no Art. 3º devem ser encaminhados à ANP no primeiro dia útil após o fim do período de confidencialidade.

**Art. 10** A ANP será a responsável pela guarda e manutenção de todas as amostras e subprodutos enumerados no Art. 3º, por ela recebidos nos termos deste Regulamento.

**§ 1º** Somente após o fim do período de confidencialidade do poço ou do levantamento, a ANP informará por Ofício: o local, a data e o horário de entrega das amostras, ou subprodutos destas, que devem ser entregues perfeitamente acondicionadas, de modo a manter a sua integridade, composição e propriedades físicas.

**§ 2º** A qualquer momento, ainda que durante o período de confidencialidade, especialistas do quadro permanente da ANP, formalmente indicados pela Agência, poderão ter acesso às amostras sob a guarda das operadoras, seja para atividades de fiscalização, seja para estudos de interesse da Agência.

**§ 3º** Até a entrega das amostras para a ANP, ficarão seus portadores responsáveis pela guarda e manutenção, nos termos do presente regulamento.

**§ 4º** Até a entrega das amostras para a ANP, deverão seus portadores encaminhar à ANP, até o quinto dia útil do mês de março de cada ano, uma Declaração Anual de Acervo (DAA), em formato impresso e digital. A versão digital observará o formato disponível no endereço eletrônico (*site*) da ANP, no Catálogo de E&P e no endereço eletrônico do BDEP. Operadoras com taxa de perfuração superior a 100 (cem) poços por ano deverão apresentar uma atualização do DAA até o quinto dia útil do mês de setembro de cada ano.

**§ 5º** Como retorno à sociedade, uma consolidação dos dados públicos encaminhados pelas Declarações Anuais de Acervo será publicada anualmente no endereço eletrônico da ANP, a cada mês de dezembro.

**Art. 11** O período de confidencialidade de um poço será contado a partir da data de conclusão do mesmo.

**§ 1º** Caso haja reentrada em um determinado poço, o período de confidencialidade dos dados e amostras será contado a partir da data de conclusão da reentrada.

**Art. 12**  Análises e reanálises realizadas em amostras públicas terão os resultados considerados públicos desde a sua obtenção, exceto aqueles obtidos em base não exclusiva devidamente autorizados pela ANP, por apresentarem períodos de confidencialidade próprios, conforme a legislação vigente.

**Seção II**

**Dos Testemunhos de Sondagem**

**Art. 13** A decisão de retirada de testemunhos em poços ficará a critério do Operador, salvo nos casos previstos na regulamentação da ANP, ou quando for por esta requisitada, segundo critério especial.

**Art. 14** O testemunho poderá ser dividido quando não comprometer a integridade estrutural da amostra, observando as seguintes condições:

1. Quando for possível o corte ao longo do eixo, 2/3 (dois terços) do diâmetro, medidos ininterruptamente da borda para o centro caberá à ANP. O Operador poderá manter em seu poder a menor porção de testemunho restante, dispondo dela, de acordo com a regulamentação vigente, enquanto mantiver operações de Exploração ou Produção de petróleo ou gás natural no Brasil.
2. Quando for possível o corte ao longo do eixo, testemunhos com diâmetro inferior a 2 7/8" deverão ser serrados de modo que 1/2 (metade) de seu diâmetro, medido ininterruptamente da borda para o centro caberá à ANP. O Operador poderá manter em seu poder a porção de testemunho restante, dispondo dela, de acordo com a regulamentação vigente, enquanto mantiver operações de Exploração ou Produção de petróleo ou gás natural no Brasil.
3. No caso de testemunhos cuja divisão seja inviável ou arriscada para integridade da amostra, estes testemunhos passarão a compor o acervo da União, de maneira integral, após o fim do período de confidencialidade do poço, permanecendo à disposição para pesquisas adicionais mediante solicitação formal à ANP.
4. A porção dos testemunhos devida à União e que ficará sob a responsabilidade da ANP deverá ser entregue conforme definem os artigos 8º e 10º desse Regulamento, excetuados aqueles testemunhos comprovadamente submetidos a análises destrutivas.

**Art. 15** É facultado ao Operador encaminhar à ANP o testemunho completo, tendo ou não efetuado o corte a que se refere o artigo anterior.

**§ 1º** Na hipótese descrita no caput, entender-se-á que o Operador fez opção, em caráter irrevogável, por não manter parte do testemunho em seu poder.

**§ 2º** Os testemunhos de sondagem convencionais (de rocha consolidada) devem ser acondicionados em caixas de PVC ou polietileno de alta densidade, com tampa de vedação removível. A largura e a altura da caixa devem ter dimensões compatíveis com o diâmetro do testemunho. O comprimento deve ter o comprimento nominal de 1 (um) metro.

**§ 3º** Os testemunhos de sondagem não convencionais (rochas inconsolidadas) devem ser acondicionados de forma a manter suas características estruturais. A largura e a altura da caixa externa devem ter dimensões compatíveis com o diâmetro do testemunho e eventuais materiais que o contenha. O comprimento deve ter o comprimento nominal de 1 (um) metro.

**§ 4º** Cada caixa que contenha testemunhos deverá ter um quadro externo para a completa identificação da amostra, tanto na frente como em uma das laterais da caixa. Os dados de identificação são pelo menos:

1. Nomes do Poço (nome dado pelo Operador e nome dado pela ANP, caso diferentes);
2. Tipo de amostra;
3. Número de sequência testemunho (número do testemunho/número total de testemunhos, por exemplo, 2/4 o segundo testemunho de um total de quatro);
4. Profundidade de amostragem e;
5. Data de amostragem.

**Art. 16** No intuito de manter registro o mais fidedigno possível das características texturais e estruturas sedimentares do testemunho, o Operador deverá fotografá-lo, sob luz branca e, quando pertinente, também sob luz ultravioleta.

**§ 1º** Antes de obter as fotografias descritas no caput, o Operador deverá submeter o testemunho ao menor número possível de intervenções, de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.

**§ 2º** O Operador providenciará, para cada fotografia obtida, uma cópia digital com resolução mínima de 150 (cento e cinquenta) pontos por polegada, para ser encaminhada à ANP.

**§ 3º** Todas as fotografias digitais obtidas dos testemunhos deverão ser entregues à ANP no primeiro dia útil após o término do período de confidencialidade do poço.

**Art. 17** A ANP poderá dar acesso público aos testemunhos desde que solicitado fora do período de confidencialidade do poço.

**Seção III**

**Dos Plugues**

**Art. 18** É facultado ao Operador coletar de um testemunho:

I - Tantos plugues horizontais quanto julgar necessários, desde que haja entre eles distância mínima de 30 (trinta) centímetros, medida ao longo do eixo do testemunho, e que o diâmetro desses plugues não exceda a 2 (duas) polegadas.

II - Um plugue vertical, de comprimento não maior que 8 (oito) centímetros e diâmetro não maior que 2 (duas) polegadas, a cada metro de testemunho, medido a partir do início do testemunho.

**§ 1º** A ANP poderá autorizar, mediante requisição prévia tecnicamente justificada do interessado, a retirada de plugues em desacordo com os procedimentos estabelecidos nos incisos I e II e no caput, entretanto, anexa à justificativa deve-se encaminhar tantas fotos quanto o necessário, ilustrando a programação de amostragem.

**§ 2º** A solicitação para a retirada de plugues fora do padrão estabelecido nesse artigo deverá ser encaminhada à ANP por meio do formulário específico que consta no Catálogo de E&P, disponível no endereço eletrônico (*site*) da ANP.

**Art. 19** Os plugues coletados de um testemunho deverão ser entregues à ANP conforme dispõem os artigos 8º e 10º desse Regulamento, excetuando-se aqueles plugues comprovadamente submetidos a análises destrutivas.

**§ 1º** No intuito de manter registro o mais fidedigno possível das características texturais e estruturas sedimentares dos plugues extraídos, o Operador deverá fotografá-los, sob luz branca e, quando pertinente, também sob luz ultravioleta, em escala mínima de 1:1, ou seja, os plugues podem ser fotografados com ampliação.

**§ 2º** Todas as fotografias digitais obtidas dos plugues deverão ser entregues à ANP no primeiro dia útil após o término do período de confidencialidade do poço.

**§ 3º** O acondicionamento e a identificação dos plugues devem ser feitos individualmente. Os dados de identificação são pelo menos:

1. Nomes do Poço (nome dado pelo Operador e nome dado pela ANP, caso diferentes);
2. Profundidade de amostragem;
3. Orientação de amostragem (vertical ou horizontal) e;
4. Data de amostragem.

**§ 4º** Conjuntos de plugues de um mesmo poço devem ser dispostos em caixas de PVC ou polietileno de alta densidade, com tampa de vedação removível, com até 1 (um) metro de cumprimento e que permitam a manutenção da integridade estrutural de cada plugue. As caixas deverão estar identificadas na face frontal e em uma das laterais. Os dados de identificação são, pelo menos:

1. Nomes do Poço (nome dado pelo Operador e nome dado pela ANP, caso diferentes);
2. Tipo de amostra;
3. Intervalo de amostragem e;
4. Data de amostragem.

**Seção IV**

**Das Amostras de calha**

**Art. 20** O Operador coletará amostras de calha de todos os Poços Exploratórios, de modo que o espaçamento máximo entre as amostras seja de 9 (nove) metros, reduzindo para 3 (três) metros no(s) intervalo(s) objetivo(s) ou segundo critério especial, se requisitado pela ANP. Fica a critério do operador o padrão de amostragem em Poços de Desenvolvimento.

**Art. 21** De todas as profundidades amostradas, o Operador deverá encaminhar à ANP um mínimo de 300 (trezentos) gramas de amostras de calha lavadas e secas ao sol.

**§ 1º** A ANP poderá autorizar, mediante requisição prévia tecnicamente justificada do interessado, a retirada de amostras de calha em desacordo com os procedimentos estabelecidos no artigo anterior e no caput.

**§ 2º** A solicitação para a retirada de amostras de calha fora do padrão estabelecido nesse artigo deverá ser encaminhada à ANP por meio do formulário específico que consta no Catálogo de E&P, disponível no endereço eletrônico (*site*) da ANP.

**§ 3º** O acondicionamento e a identificação de amostras de calha devem ser feitos individualmente. Os dados de identificação são pelo menos:

1. Nomes do Poço (nome dado pelo Operador e nome dado pela ANP, caso diferentes);
2. Profundidade de amostragem e;
3. Data de amostragem.

**§ 4º** Conjuntos de amostras de calha de um mesmo poço devem ser dispostos em tantas caixas de PVC ou polietileno de alta densidade quantas forem necessárias para acomodar os conjuntos. As caixas deverão ter tampa de vedação removível, com até 1 (um) metro de cumprimento e que permitam a manutenção da integridade física das amostras. As caixas deverão estar identificadas na face frontal e em uma das laterais. Os dados de identificação são, pelo menos:

1. Nomes do Poço (nome dado pelo Operador e nome dado pela ANP, caso diferentes);
2. Tipo de amostra;
3. Intervalo de amostragem e;
4. Data de amostragem.

**Art. 22** O conjunto das amostras descritas no artigo anterior será encaminhado à ANP conforme dispõem os artigos 8º e 10º desse Regulamento.

**Art. 23** Fica facultado ao Operador manter em seu poder um conjunto de amostras de calha equivalente, enquanto mantiver operações de exploração ou produção de petróleo ou gás natural no Brasil, nos termos da legislação vigente.

**Seção V**

**Das Amostras laterais**

**Art. 24** Fica a critério do Operador a coleta de amostras laterais de poços, salvo nos casos previstos na regulamentação da ANP, ou segundo critério especial, se requisitado pela ANP.

**Art. 25** As amostras laterais deverão ser encaminhadas à ANP conforme dispõem os artigos 8º e 10º do presente Regulamento, excetuando-se aquelas que forem comprovadamente submetidas a análises destrutivas ou a procedimentos que impliquem na utilização total da amostra.

**§ 1º** No intuito de manter registro o mais fidedigno possível das características texturais e estruturas sedimentares das amostras laterais extraídas, o Operador deverá fotografá-las, sob luz branca e, quando pertinente, também sob luz ultravioleta, em escala mínima de 1:1, ou seja, as amostras laterais podem ser fotografadas com ampliação.

**§ 2º** Todas as fotografias digitais obtidas das amostras laterais deverão ser entregues à ANP no primeiro dia útil após o término do período de confidencialidade do poço.

**§ 3º** O acondicionamento e a identificação de amostras laterais devem ser feitos individualmente. Os dados de identificação são pelo menos:

1. Nomes do Poço (nome dado pelo Operador e nome dado pela ANP, caso diferentes);
2. Profundidade de amostragem;
3. Data de amostragem.

**§ 4º** Conjuntos de amostras laterais de um mesmo poço devem ser dispostos em caixas de PVC ou polietileno de alta densidade, com tampa de vedação removível, com até 1 (um) metro de cumprimento e que permitam a manutenção da integridade estrutural de cada amostra. As caixas deverão estar identificadas na face frontal e em uma das laterais. Os dados de identificação são, pelo menos:

1. Nomes do Poço (nome dado pelo Operador e nome dado pela ANP, caso diferentes);
2. Tipo de amostra;
3. Intervalo de amostragem e;
4. Data de amostragem.

**Seção VI**

**Das Lâminas Delgadas, Bioestratigráficas e Seções Polidas**

**Art. 26** Fica a critério do Operador a confecção de lâminas delgadas, bioestratigráficas e seções polidas, salvo nos casos previstos na regulamentação da ANP, ou segundo critério especial, se requisitado pela ANP.

**§ 1º** A identificação de lâminas deve ser feita individualmente por meio de um código. Os códigos serão listados em um inventário próprio onde constem pelo menos:

1. Código da lâmina;
2. Tipo de Lâmina;
3. Nomes do Poço (nome dado pelo Operador e nome dado pela ANP, caso diferentes);
4. Profundidade da amostra que deu origem à lâmina
5. Data de confecção da lâmina

**§ 2º** Conjuntos de lâminas de um mesmo poço devem ser dispostos em caixas próprias para o acondicionamento de lâminas. As caixas deverão estar identificadas na face superior e em uma das laterais da caixa. Os dados de identificação são pelo menos:

1. Nomes do Poço (nome dado pelo Operador e nome dado pela ANP, caso diferentes);
2. Códigos das lâminas;

**Art. 27** Vencido o período de confidencialidade, a ANP poderá solicitar para consulta ou estudo, em caráter temporário a critério desta, qualquer conjunto de lâminas, nos termos do Art. 10 § 1º.

**Seção VII**

**Das Fotografias**

**Art. 28** Atendido o disposto nos artigos 16, 19 e 25 desse Regulamento, o Operador poderá, a seu critério, obter fotografias adicionais das amostras. A obrigatoriedade do registro fotográfico caberá quando requisitado pela ANP, e principalmente quando testemunhos, plugues ou amostras laterais forem submetidos a análises destrutivas, descartes, transferências, incidentes ou doações.

**Art. 29** As cópias digitais de fotografias descritas no artigo anterior deverão ser entregues à ANP no primeiro dia útil após o término do período de confidencialidade a que estiverem submetidas.

**Seção VIII**

**Dos Fluídos**

**Art. 30** No caso de Poço Exploratório, para cada reservatório testado com recuperação de óleo, será encaminhada à ANP uma amostra isenta de água de no mínimo 2 (dois) litros de óleo.

**Parágrafo único.** No caso em que o volume de qualquer fluido recuperado for menor que 2 (dois) litros, a metade desse volume será destinada à ANP.

**Art. 31** No caso de Poço de Desenvolvimento, será encaminhada à ANP uma amostra isenta de água de no mínimo 2 (dois) litros de óleo, toda vez que o grau API do óleo variar em 10% (dez por cento), ou mais, com relação à média das medidas anteriores realizadas em laboratório, referentes à produção daquele reservatório.

**§ 1º** As amostras descritas nos Art. 30 desse Regulamento, assim como no caput, serão coletadas preferencialmente na cabeça do poço.

**§ 2º** Sempre que houver presença de água nas amostras mencionadas no parágrafo anterior, será encaminhada à ANP uma amostra isenta de óleo de no mínimo 2 (dois) litros.

**§ 3º** No caso em que o volume de qualquer fluido recuperado for menor que 2 (dois) litros, a metade desse volume será destinada à ANP.

**Art. 32** Nos testes em que houver apenas recuperação de água, deverá ser encaminhada à ANP uma amostra representativa da água da formação de no mínimo 2 (dois) litros.

**Parágrafo único.** No caso em que o volume do fluido recuperado for menor que 2 (dois) litros, a metade desse volume será destinada à ANP.

**Art. 33** A ANP poderá autorizar, mediante requisição prévia tecnicamente justificada do interessado, a coleta de amostras de óleo em desacordo com os procedimentos estabelecidos nos artigos 30 a 32 deste Regulamento.

**Parágrafo único.** A solicitação para a retirada de amostras fora do padrão estabelecido nesse artigo deverá ser encaminhada à ANP por meio do formulário específico que consta no Catálogo de E&P, disponível no endereço eletrônico (*site*) da ANP.

**Art. 34** As amostras de óleo, água ou outros fluidos obtidos dos poços serão acondicionadas em recipientes não reagentes com o respectivo conteúdo e serão identificadas por rótulos contendo as seguintes informações:

* 1. Tipo de Fluido;
	2. Nome do Poço;
	3. Nome do bloco ou campo em que o poço foi perfurado;
	4. Identificação do teste;
	5. Data do teste e da coleta;
	6. Hora da coleta;
	7. Intervalo de profundidade do teste;
	8. Tipo de operação e;
	9. Nome da operadora.

**Art. 35** As amostras mencionadas no artigo anterior serão encaminhadas à ANP acompanhadas de um documento contendo, além das informações listadas no artigo anterior, o seguinte:

* 1. Identificação da formação geológica testada/amostrada;
	2. Profundidade da coleta da amostra, caso se trate de amostra de fundo;
	3. Local de coleta;
	4. Temperatura em que a amostra foi coletada;
	5. Volume de água produzida até o momento da coleta;
	6. Pressões (fundo, garrafa de coleta), caso se trate de amostra de fundo;
	7. Indicações quanto à qualidade das amostras e contaminação;
	8. Planilha contendo o volume dos fluidos utilizados e recuperados na operação, para as amostras de água;
	9. Informação de "*Basic Sediments and Water*" (BSW), no caso de amostras de água e;
	10. Características do fluido de completação (composição, salinidade, entre outros).

Parágrafo único. As amostras de fluido deverão ser encaminhadas à ANP conforme dispõe o Art. 10 do presente Regulamento.

**Art. 36** É facultado ao Operador manter sob sua guarda amostras de fluido, enquanto mantiver operações de Exploração ou Produção de petróleo ou gás natural no Brasil, nos termos da legislação vigente.

**Seção IX**

**Dos levantamentos terrestres**

**Art. 37** É facultado às instituições obterem amostras a partir dos levantamentos terrestres, seja para mapeamento geoquímico ou geológico de qualquer natureza, podendo manter sob sua guarda tais amostras, enquanto mantiverem operações de Exploração ou Produção de petróleo ou gás natural no Brasil, nos termos da legislação vigente.

**Art. 38** EADs, mediante autorização expressa da ANP, e operadores podem executar levantamentos de superfície com coleta de amostras. Tais amostras deverão ser perfeitamente identificadas (incluindo: local e data de coleta) e armazenadas em condições tais que preservem, tanto quanto possível, suas propriedades, a fim de serem reanalisadas quando necessário. Uma vez concluídos os períodos de confidencialidade dos levantamentos realizados, a ANP poderá requisitar as amostras adquiridas, nos termos do Art.10, ou autorizar a doação para instituições de pesquisa e/ou ensino, ou em última hipótese, indicar o descarte adequado.

**Seção X**

**Dos levantamentos de fundo oceânico**

**Art. 39** As amostras de sedimento obtidas em levantamentos geoquímicos de fundo oceânico (tipo *piston core*) ou geológico de qualquer natureza devem ser mantidas pelas instituições que as obtiveram até que a ANP as solicite formalmente nos termos do Art.10.

**Art. 40** As amostras descritas no Art. 39 deverão ser perfeitamente identificadas (incluindo: local e data de coleta) e armazenadas em condições tais que preservem, tanto quanto possível, suas propriedades, a fim de serem reanalisadas quando necessário. Uma vez concluídos os períodos de confidencialidade dos levantamentos realizados, a ANP poderá requisitar as amostras adquiridas, ou autorizar a doação para instituições de pesquisa e/ou ensino, ou em última hipótese, indicar o descarte adequado.

**Seção XI**

**Da identificação e Encaminhamento**

**Art. 41** Observado o exposto no Art.10, Operadores, EADs, ou EAAs, deverão encaminhar as amostras solicitadas pela ANP e entregá-las, sem custos para a União, no local, data e horário informado em Ofício. Tais amostras estarão acompanhadas do Boletim de Remessa de Amostras (BRAM), modelo A no caso de amostras de poços e Modelo B no caso de amostras obtidas em levantamentos, ambos disponíveis no Catálogo de E&P publicado no endereço eletrônico (*site*) da ANP.

**Art. 42** A ANP poderá recusar as amostras e agendar nova data de entrega no caso de constatar não conformidades com a legislação em vigor.

**Seção XII**

**Do Acesso às Amostras da União**

**Art. 43** O procedimento descrito nos artigos 44 a 61 desse Regulamento visa organizar, disciplinar e estabelecer prazos para o atendimento às solicitações de acesso às amostras pertencentes à União, assim como, a materiais a elas relacionados.

**Art. 44** Apenas as pessoas físicas residentes no Brasil e pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede, administração no País e regularmente cadastradas na ANP poderão fazer solicitações de amostras, observando o procedimento descrito na presente norma.

**Art. 45** Antes da primeira Solicitação de Acesso a Amostras (SAA) o Solicitante deverá requerer habilitação por meio de cadastro na ANP, disponível no Catálogo de E&P, publicado no endereço eletrônico (*site*) da ANP. O cadastro gera uma identificação única a ser usada nas solicitações e visa à perfeita identificação do Solicitante por meio do envio dos seguintes documentos e informações:

**I** - Pessoas físicas:

Documentos (original e cópia ou cópia devidamente autenticada em cartório):

1. Documento de identidade válido em todo território nacional;
2. Comprovante do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF (dispensável caso o documento de identidade já o contenha);
3. Comprovante de residência;

Informações:

Endereço eletrônico (email) e número de telefone do Solicitante Principal e de um Suplente.

**II** - Pessoas Jurídicas:

Documentos (original e cópia ou cópia devidamente autenticada em cartório):

1. Contrato Social ou Estatuto, devidamente registrados nos órgãos competentes (documento de constituição e suas alterações posteriores, quando não consolidadas);
2. Comprovante de inscrição e de situação cadastral do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, da Secretaria da Receita Federal;
3. Documento de identidade válido em todo território nacional dos sócios ou representantes legalmente constituídos;
4. Comprovante do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, dos sócios ou representantes legalmente constituídos (dispensável caso o documento de identidade já o contenha);
5. Comprovante de residência dos sócios ou representantes legalmente constituídos;

Informações:

Endereço da instituição, endereço eletrônico (email) e número de telefone do principal Solicitante e de um Suplente.

**Parágrafo único.** O cadastro (em meio digital) acompanhado da documentação acima descrita (I ou II, conforme o caso) deverá ser remetido por Ofício à ANP. No caso da ANP adotar um sistema informatizado para cadastramento, este recurso passará a vigorar após ampla divulgação.

**Art. 46** Feito o cadastro, e atualizado conforme a necessidade, cada requisição de amostras da União se dará por meio de Ofício à ANP, encaminhando o formulário de SAA disponível no Catálogo de E&P no endereço eletrônico da ANP, em meio digital (visando dar celeridade ao atendimento) e impresso (para a formalização do processo).

**Parágrafo único.** Serão devolvidas para adequação, as solicitações encaminhadas com a forma, o conteúdo ou os meios distintos ao descrito no presente procedimento.

**Art. 47** Visando dar oportunidade de atendimento a todas as instituições, cada uma terá o direito a acessar amostras de até 20 (vinte) poços e 5 (cinco) levantamentos de superfície por ano.

**Parágrafo único.** A ANP avaliará os casos excepcionais de solicitações, tecnicamente fundamentadas, com números superiores aos mencionados no caput.

**Art. 48.** Uma vez que todas as informações necessárias tenham sido encaminhadas pela Solicitante, a ANP atribuirá uma numeração à SAA e terá até 5 (cinco) dias úteis para efetuar as verificações cabíveis: **a)** Quem é, ou quais são as Depositárias; **b)** Se as amostras já saíram do período de confidencialidade; **c)** Se a Solicitante está habilitada a novas solicitações (SAAs com pendências de qualquer espécie ou falta de envio dos Relatórios de Análise desabilitam a Solicitante) e **d)** Se a solicitação não ultrapassou o limite anual de acesso às amostras.

**Art. 49** Estando conformes todas as condições dos artigos 47 e 48 desse Regulamento, a ANP encaminhará uma consulta, via email, aos seus depósitos ou às demais Depositárias, solicitando a verificação de disponibilidade e a previsão orçamentária para o acesso às amostras requeridas.

**Art. 50** Os depósitos da ANP ou de outras Depositárias terão os prazos indicados no Anexo I para a resposta sobre a disponibilidade de amostras e a previsão orçamentária relativa aos serviços/materiais solicitados.

**Art. 51** Recebida a pesquisa de disponibilidade e previsão de custos, a ANP repassará as informações, via email, para a Solicitante, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para aprovar, recusar total ou parcialmente a previsão apresentada. Recusando parcialmente, a Solicitante indicará os itens que deverão ser excluídos, ampliados, ou reduzidos (número de dias de laboratório, por exemplo).

**Art. 52** A não observação dos prazos pela Solicitante poderá ser entendida como desistência, resultando no encerramento da respectiva SAA. Caso a Solicitante não aprove a previsão orçamentária, ou opte, a qualquer tempo, por cancelar a solicitação, esta deve, obrigatoriamente, solicitar o encerramento da SSA, sem custos ou implicações para quaisquer das instituições envolvidas.

**Art. 53** Caso a Solicitante aprove a previsão orçamentária, a Depositária (não ANP) emitirá o boleto de pagamento inicial, com o valor referente a 20% da previsão orçamentária em até 10 (dez) dias úteis após a aprovação, encaminhando o referido boleto diretamente para a Solicitante com cópia para a ANP via email. O boleto de pagamento inicial terá prazo de pagamento de 30 (trinta) dias corridos a partir da emissão.No caso de recolhimentos cabíveis à União, a ANP informará por Ofício os valores, os itens e os códigos da Guia de Recolhimento da União (GRU).

**Art. 54** Após a comprovação do pagamento ou recolhimento, a ANP receberá dos acervos e enviará em até 10 (dez) dias úteis à Solicitante, as informações necessárias ao acesso e/ou retirada do material, tais como: a) local; b) opções de agenda; c) contato do funcionário responsável pelo acesso; d) listagem do material que será disponibilizado; e) procedimentos a serem observados durante o acesso.

**Art. 55** Juntamente com a confirmação da agenda a Solicitante informará o nome e a documentação (nº de identidade válida no território nacional ou nº do passaporte) de até 3 (três) especialistas que deverão ter acesso às amostras, para que a ANP encaminhe o Ofício de Autorização à Depositária ou ao acervo próprio, com cópia para a Solicitante. A Depositária reservará então as amostras disponíveis e providenciará o que for necessário para o acesso às amostras em questão.

**Art. 56** Em até 5(cinco) dias úteis a contar do último dia de acesso às amostras, os acervos encaminharão a ANP por email, com cópia para a Solicitante, o comprovante de acesso às amostras.

**Art. 57** A Depositária (não ANP) emitirá o boleto de pagamento final referente aos 80% restantes do valor estipulado na previsão orçamentária (com prazo de pagamento de 30 dias a partir da emissão), podendo acrescentar eventuais custos relativos a solicitações adicionais realizadas durante o acesso às amostras. O boleto final será encaminhado por email à Solicitante, com cópia à ANP. O comprovante do pagamento final deve ser enviado à Depositária com cópia para a ANP.

**Art. 58** A Solicitante terá até 120 (cento e vinte) dias corridos – contados a partir do último dia de acesso às amostras, para encaminhar à ANP, o Relatório de Análises, onde constarão todos os resultados (em formato digital).

**Parágrafo único**. As empresas e entidades que não encaminharem à ANP os relatórios mencionados no caput ficam impedidas de efetuar novo acesso a amostras públicas até a regularização da pendência.

**Art. 59** A ANP avaliará eventuais solicitações complementares quanto à necessidade de iniciar nova solicitação ou apenas prosseguir com complementação do mesmo processo.

**Art. 60** A ANP só autorizará a transferência de acervos desde que observadas as condições, adiante:

1. A Solicitante está encerrando as operações no país (e requer a transferência de amostras) ou a Solicitante passou a ser a atual operadora de uma área onde requer para pesquisa as amostras dos poços e levantamentos executados na área**.**
2. A Solicitante não apresenta pendências em termos de obrigações previstas nessa Resolução.
3. A transferência não coloca em risco a integridade do acervo da União.
4. Antes e após a transferência, que só ocorrerá mediante a emissão de Ofício de Autorização específico, a nova Depositária obterá e encaminhará para a ANP em até 5 (cinco) dias úteis, os arquivos digitais das fotografias obtidas das amostras, em seu estado antes e após a transferência, o que não exime a possibilidade da transferência ser acompanhada por fiscais da ANP**.**

**Art. 61** Casos não previstos serão avaliados e resolvidos pela ANP mediante as justificativas técnicas formalmente apresentadas por Solicitante ou Depositárias.

**Art. 62** Qualquer empréstimo de amostras públicas ou material delas decorrente depende da autorização formal por parte da ANP. A justificativa técnica apresentada pelo Solicitante deve, adicionalmente, informar o prazo de devolução. A ANP terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para a análise da solicitação e a emissão de resposta via Ofício, com cópia aos demais interessados.

**Seção XIII**

**Dos valores cobrados para acesso às amostras**

**Art. 63** A ANP publicará em seu endereço eletrônico, até o dia 31 de dezembro de cada ano, a Tabela de Preços referentes às atividades de disponibilização de amostras mantidas em acervos da ANP.

**§ 1º** Os valores estipulados para a cobrança pelo acesso às amostras sob a guarda da ANP deverão ser quitados por meio do pagamento da Guia de Recolhimento da União – GRU, conforme formato e critérios disponíveis no endereço eletrônico da Agência.

**§ 2º** A tabela de preços publicada será válida para todo o exercício subsequente.

**§ 3º** A limitação ao acesso por parte das universidades, dentro da política de gratuidade, se dará em termos da linha e do programa de pesquisa, assim como dos níveis de formação (graduação, mestrado, doutorado). As cotas de gratuidade aos acessos serão publicadas no site da ANP até o dia 31 de dezembro de cada ano, e válidas para o ano subsequente.

**§ 4º** A ANP poderá celebrar “Termos de Autorização de Uso” para acesso a amostras mantidas pela Agência.

**Art. 64** Os valores cobrados para o acesso às amostras da União, quando a Depositária não for a ANP, serão publicados até o dia 31 de dezembro de cada ano no endereço eletrônico da ANP.

**Art. 65** A ANP poderá disponibilizar gratuitamente às amostras do acervo da União, abrangidos por esta Resolução, às universidades, instituições de pesquisa, órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal, os quais deverão ser utilizados com fins acadêmicos ou de pesquisa, não podendo direta ou indiretamente servir para fins comerciais.

**Art. 66** Especialistas daANP e do Ministério de Minas e Energia terão acesso irrestrito e gratuito às amostras do acervo da União, alvos desta Resolução, com o objetivo de realizar estudos e planejamento setorial, mantido o sigilo a que estiverem submetidos, quando for o caso.

**Art. 67** A autorização de acesso gratuito de amostras para outros fins que não sejam com finalidades acadêmicas ou de pesquisa, desde que consideradas como sendo de relevante interesse público, deverão ter aprovação da Diretoria Colegiada da ANP.

**Seção XIV**

**Da Fiscalização**

**Art. 68** A ANP poderá fiscalizar acervos que estejam, ainda que temporariamente, mantendo a guarda de amostras pertencentes ao acervo da União nos termos da presente Resolução.

**Parágrafo único**.  As empresas responsáveis pela guarda provisória das amostras abrangidas por esta Resolução, na qualidade de fieis depositárias, deverão franquear o acesso irrestrito aos locais de armazenamento, aos servidores da ANP oficialmente indicados para realizar tais fiscalizações.

**Art. 69** Incidentes que envolvam perda, extravio ou descaracterização de amostras da União devem ser imediatamente comunicados ao setor competente da ANP e ficarão sujeitos à fiscalização.

**Parágrafo único**. O formulário adequado para notificação de acidentes relativos a amostras consta no Catálogo de E&P, disponível no endereço eletrônico (*site*) da ANP.

**Seção XV**

**Das Penalidades**

**Art. 70** As infrações decorrentes do não atendimento ao disposto nesta Resolução deixarão seus infratores sujeitos às sanções previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999 e legislação complementar, sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil e penal.

**Seção XVI**

**Do Descarte**

**Art. 71** A ANP poderá autorizar, em caráter excepcional, o descarte de amostras ou material delas resultante, mediante justificativa tecnicamente fundamentada e, em especial, nos casos que, por eventual incidente notificado à ANP, se constate a perda do valor científico das amostras.

**Art. 72** O processo de descarte observará o seguinte procedimento: 1) entrega à ANP da solicitação específica, que consta no Catálogo de E&P, juntamente com todos os dados de análises disponíveis e os arquivos digitais das fotografias obtidas das amostras que se pretende descartar; 2) A ANP poderá aprovar o descarte (através de Ofício de Autorização específico); poderá exigir análises complementares até o deferimento ou indeferimento da solicitação, ou ainda poderá autorizar apenas a redução do volume das amostras. 3) No caso de descarte, a Depositária encaminhará à ANP em até 5 (cinco) dias úteis, os arquivos digitais das fotografias obtidas da operação e disposição final dos resíduos, o que não exime a possibilidade do acompanhamento das atividades por fiscais da ANP**.**

**Seção XVI**

**Das Considerações Finais**

**Art. 73** Caso a ANP adote um sistema informatizado que simplifique o trâmite de documentos descritos nessa Resolução, todas as informações necessárias serão amplamente divulgadas.

**Art. 74** Nas hipóteses em que o Operador, o Solicitante, o Depositário e demais agentes afetados por este regulamento não tenham como solicitar previamente, autorização da ANP para proceder de forma diferente do que estabelece o presente instrumento, deverão os mesmos comunicar o fato à ANP com a maior brevidade possível, apresentando as devidas justificativas técnicas, ficando, entretanto, sujeitos às sanções previstas na Seção XV e demais disposições legais, caso se comprove descaso ou má fé.

**Art. 75** Os casos omissos inerentes a esta resolução serão analisados e decididos pela ANP.

**Art. 76** Ficam revogadas a Portaria ANP nº 283 de 14.11.2001 e a Resolução ANP nº 21 de 21.07.2005.

**Art. 77** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO I - PRAZOS PARA A VERIFICAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

|  |  |
| --- | --- |
| Número de poços ou levantamentos requisitados por ano (por Solicitante) | Prazo (dias) |
| Até 5 | 20 |
| De 6 a 10 | 40 |
| De 11 a 15 | 80 |
| De 16 a 20 | 120 |
| De 21 a 25 | 160 |
| De 26 a 30 | 200 |
| De 31 a 35 | 240 |
| De 36 a 40 | 280 |
| De 41 a 45 | 320 |
| De 46 a 50 | 360 |